



Demonstrações financeiras

**SPE Futura 6 Geração e
Comercialização de Energia Solar S.A.**
31 de dezembro de 2022 e 2021
com relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras

Balço Patrimonial.....	3
Demonstrações dos Resultados.....	5
Demonstrações dos Resultados Abrangentes.....	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras.....	9

01 Contexto operacional _ 08

02 Apresentação das Demonstrações Financeiras _ 08

03 Estimativas e julgamentos contábeis críticos _ 09

04 Caixa e equivalentes de caixa _ 09

05 Títulos e valores mobiliários _ 10

06 Imposto a recuperar e diferido _ 10

07 Imobilizado _ 11

08 Fornecedores _ 12

09 Fornecedores de projetos em construção _ 12

10 Endividamento _ 14

11 Instrumentos financeiros e Gerenciamento de Riscos _ 15

12 Partes relacionadas _ 19

13 Patrimônio Líquido _ 19

14 Custo e Despesas por natureza _ 20

15 Resultado financeiro _ 20

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021 (Não auditado)
Despesas/Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	14	(5.069)	(91)
Outras receitas operacionais	14	154	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(4.915)	(91)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	1.093	8
Despesas financeiras	15	(1.244)	(13)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(5.066)	(96)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro			
Corrente	7	-	(1.150)
Diferido	7	(85)	1.151
Prejuízo líquido do exercício		(5.151)	(95)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(5.151)	(95)
Outros resultados abrangentes a ser reclassificados para resultado do exercício em exercícios subsequentes		(Não auditado)
Ganho com derivativo	(1.451)	3.534
Ajuste de avaliação patrimonial	(2.083)	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	(8.685)	3.439

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(Não auditado)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(5.066)	(96)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Rendimento de aplicações (TVM)	(1.094)	-
	(6.160)	(96)
(Aumento) redução nos ativos /Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Despesas antecipadas	(6.924)	(1.214)
Impostos a recuperar	(1.188)	1
Fornecedores	(269.173)	21.379
Fornecedores de projetos em construção	163.840	-
Operações comerciais	(50.078)	(9.332)
Outros ativos e passivos	1.601	(124)
	(161.922)	10.710
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(372)	
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	(168.454)	10.614
Fluxo caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(18.256)	(61.107)
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(35.026)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(53.282)	(61.107)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	146.118	47.720
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.196	5.592
Captações de financiamentos	100.000	-
Depósitos vinculados a empréstimos	(2.665)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados pelas atividades de financiamentos	244.649	53.312
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	22.913	2.819
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.819	-
No fim do exercício	25.732	2.819
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	22.913	2.819

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021 (Não auditado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.732	2.819
Títulos e valores mobiliários	5	36.120	-
Operações comerciais com parte relacionadas	12	70.251	9.332
Despesas antecipadas		8.138	1.214
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	6	1.561	1
Outros ativos		380	-
		142.182	13.366
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Instrumentos financeiros derivativos	11	-	1.451
Outros créditos		190	167
		190	1.618
Imobilizado	7	377.291	61.065
Intangível		110	42
		377.591	62.725
Total do ativo		519.773	76.091

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021 (Não auditado)
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	35.786	21.379
Fornecedores de projetos em construção	9	163.840	-
Empréstimos e financiamentos	10	8.160	-
Operações comerciais com partes relacionadas	12	10.840	-
Outras obrigações		2.668	1.002
		221.294	22.381
Não circulante			
Fornecedores	8	14.458	-
Empréstimos e financiamentos	10	92.275	-
Operações comerciais com partes relacionadas	12	1	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	6	-	493
		106.734	493
Total do Passivo		328.028	22.874
Patrimônio líquido	13		
Capital social		190.304	44.186
Outros resultados abrangentes		-	3.534
Adiantamento para futuro aumento de capital		6.788	5.592
Prejuízos acumulados		(5.347)	(95)
Total do patrimônio líquido		191.745	53.217
Total do passivo e do patrimônio líquido		519.773	76.091

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital Social Integralizado	Outros resultados abrangentes	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros/Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)	10	-	-	-	10
Aumento de capital	44.176	-	-	-	44.176
Transações com acionistas:					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(95)	(95)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	5.592	-	5.592
Outros resultados abrangentes:					
Ganho/Perda com derivativos	-	3.534	-	-	3.534
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)	44.186	3.534	5.592	(95)	53.217
Aumento de capital	146.118	-	-	-	146.118
Transações com acionistas:					
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.151)	(5.151)
Prejuízo do exercício anterior	-	-	-	(101)	(101)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	1.196	-	1.196
Outros resultados abrangentes:					
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(2.083)	-	-	(2.083)
Ganho com derivativos	-	(1.451)	-	-	(1.451)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	190.304	-	6.788	(5.347)	191.745

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A SPE Futura 6 Geração e Comercialização de Energia S.A. (a "Companhia" ou "SPE 6") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de Juazeiro, no Estado da Bahia.

Foi constituída em 15 de junho de 2020 com o objetivo específico de implantação e exploração em nome próprio de usina de geração de energia a partir de fonte solar fotovoltaica, exclusivamente com relação ao Projeto Futura (UFVs 21 e 22) na Cidade de Juazeiro, Estado da Bahia, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações, com aquisição, no mercado interno e externo de equipamentos, bens e serviços necessários para tal finalidade, produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte solar.

Em 16 de novembro de 2020, foi aprovada a transformação do tipo jurídico de sociedade empresária de responsabilidade limitada para sociedade por ações, passando a operar sob a denominação social de "Futura 6 Geração e Comercialização de Energia Solar e Participações S.A." ("Companhia"), referida transformação objetivou a governancia corporativa e econômica, proporcionando uma maior publicidade e transparência para suas informações e/ou demonstrações contábeis.

E em 7 de abril de 2021, , passando a denominação social de "Futura 6 Geração e Comercialização de Energia Solar e Participações S.A." para "SPE Futura 6 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A."

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 4 – "Resumo das principais práticas contábeis".

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº5 – "Estimativas e julgamentos contábeis críticos".

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2023.

Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, inclusive nas obrigações de curto prazo, em caso de necessidade o acionista controlador fará aportes financeiros para garantir a continuidade das suas operações. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. A Administração entende que a estratégia comercial e administrativa na gestão dos custos e despesas, adotadas nos últimos anos e que trouxeram a Companhia para resultados positivos, continuará a ser praticada, além disto, a Companhia em forma de integralização, apresenta o adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$146.118, que participarão de forma integral de todos os benefícios. Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A Companhia adotou sem impactos significativos, as alterações ao CPC 27 – “Imobilizado” - Recursos antes do uso pretendido cujas alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, e a revisão de pronunciamentos técnicos nº 19, a partir de 1º de janeiro de 2022, sem impactos relevantes. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

A partir de 1º de janeiro de 2023, as normas “CPC 15 (R1) — Combinação de Negócios”, “CPC 39 – Instrumentos financeiros apresentação” e “CPC 48 – Instrumentos financeiros”, foram alteradas conforme minuta de revisão de pronunciamentos técnicos nº 17, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia e não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são reavaliados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

As demais práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.1 Estimativas

3.1.1 Incertezas sobre premissas e estimativas

- (i) **Impostos a recuperar e diferidos** - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os adotados para fins de tributação, sendo o período estimado de realização de 5 anos após a entrada em operação da companhia, conforme Lei 12.973/14.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo.

	2022	2021 (Não auditado)
Caixa e bancos	96	29
Fundo de Investimento	25.636	-
CDBs	-	2.790
	25.732	2.819

5. Títulos e valores mobiliários

	2022	2021 (Não auditado)
Fundo de investimento (a)	36.120	-
	36.120	-

(a) Os papéis dos fundos de investimento classificados como títulos e valores mobiliários possuem vencimentos que ocorrerão entre 2023 e 2030 com liquidez diária e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como títulos de renda fixa, títulos públicos, dentre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimento são aplicações em cotas (FIC), administrados pelo Banco Itaú, que alocam seus recursos em cotas em dois fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor.

6. Imposto a recuperar e diferido

Tributos a recuperar

O saldo da conta de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar está representado a seguir:

	2022	2021(Não auditado)
Imposto de Renda - IR	1.462	1
Contribuição Social - CSLL	99	-
	1.561	1

Os encargos de IRPJ e a CSLL correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O IRPJ e a CSLL corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando há montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das Demonstrações Financeiras.

Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando há um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados.

As despesas de IRPJ e CSLL do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Reconciliação da taxa efetiva

Em 31 de dezembro de 2022, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (alíquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é demonstrada como segue:

	2022	2021(Não auditado)
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSLL	(5.167)	(96)
Alíquota nominal - %	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	1.757	33
Diferenças permanentes	(435)	-
Ativo não constituído	(1.884)	24
Ganho/Perda de Hedge	477	(56)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(85)	1
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	-	(1.150)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(85)	1.151
Total	(85)	1

7. Imobilizado

Prática contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e
- Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis a aquisição ou construção do ativo qualificável.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes serão capitalizados futuramente após o início das operações comerciais da Companhia, na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes serão registrados no resultado.

Composição dos saldos

	2022	
	Imobilizado em Curso	Total
Custo		
Saldo em 31/12/2021	61.065	61.065
Adições	334.883	334.883
Adiantamento a fornecedor	(4.408)	(4.408)
Encargos financeiros capitalizados	3.100	3.100
Ganho com derivativos	(1.451)	(1.451)
Rendimento de aplicações financeiras	(5.924)	(5.924)
Variação cambial	(9.974)	(9.974)
Saldo em 31/12/2022	377.291	377.291
Valor contábil		
Saldo em 31/12/2021	61.065	61.065
Saldo em 31/12/2022	377.291	377.291

	2021	
	Imobilizado em Curso	Total
Custo		
Saldo em 31/12/2020	-	-
Adições	43.353	43.353
Adiantamento a fornecedor	17.712	17.712
Saldo em 31/12/2021	61.065	61.065
Valor Contábil		
Saldo em 31/12/2020	-	-
Saldo em 31/12/2021	61.065	61.065

Avaliação de impairment

Segundo o pronunciamento técnico CPC 01 (IAS 36) - Redução ao valor recuperável de ativos, a entidade deve avaliar a cada período de divulgação, se existem indicações de uma possível desvalorização no valor do ativo imobilizado.

Se houver alguma evidência, deve-se calcular o seu valor recuperável, este que é determinado pela maior importância monetária entre o valor líquido de venda e seu valor em uso.

A Companhia apresenta não identificou nenhuma indicativo de perda e por isso, não foi realizado teste de recuperabilidade.

8. Fornecedores

Prática contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

	2022	2021 (Não auditado)
Fornecedores	50.244	21.379
	50.244	21.379
Circulante	35.786	21.379
Não circulante	14.458	-

9. Fornecedores de projetos em construção

Prática contábil

A Companhia realiza para alguns fornecedores de projetos em construção a extensão do prazo de pagamento e permite que esses fornecedores realizem a cessão desses recebíveis. A Companhia avalia se essas operações de extensão de prazo de pagamento modificam substancialmente o passivo original com base em aspectos qualitativos e quantitativos. Se o passivo original foi substancialmente modificado, a Companhia desreconhece o passivo original e reconhece um novo passivo, registrando o eventual ganho/perda no resultado ou no imobilizado. Se o passivo original não foi substancialmente modificado, a Companhia mantém o passivo original reconhecido.

	2022	2021 (Não auditado)
Fornecedores de projetos em construção	177.009	-
Juros a incorrer fornecedores - AVP	(13.169)	-
	163.840	-

A Companhia renegociou com alguns fornecedores relacionados aos projetos em construção, a alteração do prazo de vencimento de 30 para 335 dias e alteração nos preços, indicando um custo financeiro médio de aproximadamente 17,05% ao ano. Os termos renegociados com os fornecedores tinham por objetivo possibilitar o avanço das obras e, conseqüentemente, o cumprimento das obrigações da Companhia junto ao órgão regulador para entrega de energia, não tendo sido substancialmente diferentes do contrato original. Os juros incorridos no exercício de 2022 foi no montante de R\$ 7.686, sendo R\$ 2.551 reconhecidos como despesa financeira no resultado do exercício e R\$ 19.251 como custo de construção do ativo imobilizado.

Operações de desconto de títulos

Com o intuito de fortalecer as relações comerciais junto a alguns fornecedores, a Companhia concedeu autorização a estes para realizar a cessão de crédito junto a instituições financeiras. A Companhia, por sua vez, realizará o pagamento direto ao detentor dos títulos, na data de vencimento e nos montantes previamente acordados com seus fornecedores originais, não havendo postergação de prazo por parte da Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, bem como ausência de garantias ou cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. Vale ressaltar que a Companhia não possui influência sobre as negociações entre fornecedores e instituições financeiras.

A cessão dos títulos não altera substancialmente as principais características das condições comerciais previamente estabelecidas com os fornecedores.

10. Empréstimos e financiamentos

Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxa efetiva	Venc.	2022			2021 (Não auditado)						
					Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total		
Empréstimo e financiamento														
75_DIV_BNB_2022_05_18_FT	R\$	IPCA + 2,0431%		15/07/2045	-	100.000	3.100	103.100	-	-	-	-	-	-
					-	100.000	3.100	103.100	-	-	-	-	-	-
Depósitos Vinculados					-	(2.665)	-	(2.665)						
Saldo líquido de empréstimos e financiamentos					-	97.335	3.100	100.435	-	-	-	-	-	-
Circulante						4.598	3.100	7.698	-	-	-	-	-	-
Não circulante						92.737	-	92.737	-	-	-	-	-	-

Abaixo é demonstrado a movimentação dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante):

Saldo em 31/12/2021 (Não auditado)	-
Novas captações	100.000
Juros incorridos	3.252
Atualização monetária contratual	(152)
Depósitos vinculados	(2.665)
Saldo em 31/12/2022	100.435

Prática contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as dívidas estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos dos empréstimos e financiamentos da Companhia são diretamente atribuíveis à construção do ativo qualificável (Azulão-Jaguatirca) e, portanto, registrados como parte do custo do ativo imobilizado. O pagamento desses juros é apresentado dentro do fluxo de caixa de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa.

Covenants financeiros e não financeiros

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas com *covenants* não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais são monitoradas regularmente pela tesouraria e reportadas periodicamente para a Administração, para garantir que o contrato seja cumprido:

Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;

- (i) Direito dos credores de executar inspeções e visitas das instalações;
- (ii) Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- (iii) Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- (iv) Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- (v) Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- (vi) Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- (vii) Limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas nas subsidiárias.

Os contratos de empréstimos e financiamentos contêm cláusula com *covenants* financeiros (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida "ICSD" mínimo de 1,3), apurados em balanço anual auditado a partir do terceiro ano da operação.

11. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Prática contábil

Um ativo e um passivo financeiro são reconhecidos quando uma entidade se tornar parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos e passivos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente.

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:

- (i) Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- (iii) Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- (i) **Nível I:** são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- (ii) **Nível II:** são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- (iii) **Nível III:** são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A descrição dos saldos contábeis dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação da hierarquia de valor justo, está apresentada a seguir:

	2022				2021(Não auditado)			
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos Financeiros								
Caixa e equivalente de caixa	25.732	-	-	25.732	2.819	-	-	2.819
Títulos e valores mobiliários	-	-	36.120	36.120	-	-	-	-
Operações comerciais com partes relacionadas	70.251	-	-	70.251	-	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	-	1.451	-	1.451
	95.983	-	36.120	132.103	2.819	1.451	-	4.270
Passivos Financeiros								
Fornecedores	50.244	-	-	50.244	21.379	-	-	21.379
Fornecedores de projetos em construção	163.840	-	-	163.840	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	100.435	-	-	100.435	-	-	-	-
Operações comerciais com partes relacionadas	10.841	-	-	10.841	-	-	-	-
	325.360	-	-	325.360	21.379	-	-	21.379

Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

	2022				2021 (Não auditado)			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Títulos e valores mobiliários	-	36.120	-	36.120	-	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	-	1.451	-	1.451
	-	36.120	-	36.120	-	1.451	-	1.451

11.1 Risco cambial

A Companhia não possui contratos de câmbio relevantes, não tendo exposição cambial.

11.2 Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

	2022	2021 (Não auditado)
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	25.732	2.819
Títulos e valores mobiliários	36.120	-
Operações comerciais com partes relacionadas	70.251	9.332
Instrumento financeiro derivativos	-	1.451
	132.103	13.602

11.3 Risco de taxa de juros relacionado ao juros flutuantes

A Companhia tem passivos indexados ao mercado flutuante de juros no segmento dos depósitos interbancários (DI), no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo indexador econômico TJLP (taxa de juros de longo prazo).

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a Companhia estava exposta, foram definidos 3 diferentes cenários. Como cenário provável, a Companhia utilizou projeções de mercado para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos, a Companhia calculou qual seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso as curvas de TJLP, CDI, IPCA e Libor fossem deslocadas em 25% e 50% respeitando os prazos de pagamento de cada linha.

(a) Risco de cash flow relacionado aos juros flutuantes

	Cenário Provável	Cenário I (alta 25%)	Cenário II (alta 50%)
Risco de Cash Flow:			
Passivo indexado ao IPCA	6.132	7.097	8.016
Despesa Financeira Esperada	6.132	7.097	8.016
Aumento da despesa financeira	-	965	1.884

11.4 Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

						2022
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	118.171	109.364	-	-	-	227.535
Operações comerciais com partes relacionadas	-	70.251	-	-	-	70.251
Empréstimos e financiamentos	9.535	5.524	9.614	25.510	-	50.183
	127.706	185.039	9.614	25.510	-	347.969

11.5 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

12. Partes relacionadas

Empresas ligadas

Os saldos relativos as operações com partes relacionadas estão representadas da seguinte forma:

	Ativo		Passivo	
	2022	2021 (Não auditado)	2022	2021 (Não auditado)
Operações comerciais				
SPE Futura 2 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.	14.064	-	2.094	-
SPE Futura 5 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.	10.063	-	1.569	-
SPE Futura 4 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.	17.152	-	2.615	-
SPE Futura 1 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.	14.063	-	2.094	-
SPE Futura 3 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.	13.638	-	2.094	-
Focus Futura Holding Participações S.A.	1.271	-	374	-
Outros	-	9.332	1	-
	70.251	9.332	10.841	-
Circulante	70.251	9.332	10.840	-
Não circulante	-	-	1	-

Remuneração dos membros da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração da Controladora efetuar a distribuição da verba entre os mesmos.

13. Patrimônio Líquido

Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O capital social de SPE Futuro 6 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A., em 31 de dezembro de 2022 e 2021, corresponde a R\$ 190.034 e a R\$ 44.186, respectivamente.

Abaixo o quadro societário da Companhia:

	2022		2021 (Não auditado)	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista				
Focus Futura Gerção 1 S.A.	190.304	100,00%	44.186	100,00%
Total	190.304	100,00%	44.186	100,00%

Em 02 de maio de 2022, foi aprovada o aumento de capital no valor de R\$ 146.118, decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital, detidos pela acionista Focus Futura Holding Participações S.A. de forma irrevogável e irretroatável.

14. Custo e Despesas por natureza

A composição das receitas e despesas operacionais da Companhia é demonstrada como segue:

	2022	2021(Não auditado)
Despesas administrativas e gerais		
Custos regulatórios	(3.107)	-
Despesas com pessoal	(3)	(1)
Serviços de terceiros	(340)	(42)
Despesas com aluguéis	(123)	(5)
Material de consumo	(6)	(6)
Seguros operacionais e administrativos	(180)	-
Impostos e contribuições	(4)	-
Depreciação e amortização	(12)	-
Outras	(1.294)	(37)
	(5.069)	(91)
Outras receitas e despesas		
Outras receitas	154	-
	154	-
	(4.915)	(91)

15. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como segue:

	2022	2021 (Não auditado)
Receitas financeiras		
Aplicação financeira	1.093	8
	1.093	8
Despesas financeiras		
Multa e juros pagos ou incorridos	(24)	(2)
IOF	(249)	(2)
Variação cambial e monetária	(3)	-
Outros	(968)	(9)
	(1.244)	(13)
Resultado Financeiro	(151)	(5)

* * * * *

Diretoria

Lino Lopes Cançado
Diretor Presidente

Marcelo Habibe
Diretor

Controller

Ana Paula Alves do Nascimento
CRC-RJ 086983/O-0

Contador

Bruno Campelo de Azevedo
CRC-RJ 106648/O-9



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
SPE Futura 6 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SPE Futura 6 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE Futura 6 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Hugo Hermes Blezer
Contador CRC RJ-109093/O-5